CONVITE N.º 04/2010
PROCESSO N.º 38/2010

**REF.:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE CONSULTORIA**

1- PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Pederneiras, através do Departamento de Compras, situada à Rua Siqueira Campos n.º S-64, CONVIDA essa conceituada empresa a participar do presente certame licitatório, na modalidade "CONVITE", tipo de licitação a de "MENOR PREÇO", o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993.

1.2. Para o recebimento dos envelopes "PROPOSTA", fica determinado o dia **26 de Maio de 2010, até às 14:00 horas**, os quais deverão ser entregues no setor de Protocolo, sito a Rua Siqueira Campos, n.º S-64, nesta cidade de Pederneiras.

1.3. O início da abertura dos envelopes ocorrerá às 14:15 horas, na sala do Departamento de Compras no mesmo endereço e no mesmo dia mencionado no item 1.2.

1.4. Depois do horário e data fixados para o recebimento dos envelopes "PROPOSTA", nenhum outro será aceito.

2 - OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria, nas áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, buscando atender aos princípios básicos da Administração Pública, com o objetivo de corrigir falhas e adequar a gestão pública a execução de suas atribuições de forma eficaz e legal, devendo desenvolver as seguintes atividades:

- a) Atender às consultas das áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, via telefone, fax, e-mail, ou outros meios eletrônicos;
- b) Atender a emissão de pareceres técnicos por escrito, das áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- c) Orientar os servidores das áreas abaixo, no sentido de desenvolver habilidades técnicas para o trabalho.
 - Licitações e contratos;
 - Controle interno;
 - Plano Plurianual;
 - Lei de Diretrizes Orçamentárias;
 - Elaboração de orçamento fiscal;
 - Bens patrimoniais

- Compras e almoxarifado;
 - Execução orçamentária;
 - Procedimentos de rotinas trabalhistas;
 - Procedimentos de tesouraria;
 - Procedimentos contábeis
- d) Manter a CONTRATANTE atualizada no tocante às edições de novas normas legais (Emendas Constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos, portarias, resoluções, instruções e demais normas) dos mais diversos órgãos, enviando imediatamente e-mail à CONTRATANTE e disponibilizando no site da empresa as publicações de interesse da mesma;
- e) Realizar processo de busca no Diário Oficial do Estado, quanto às publicações atinentes à CONTRATANTE no que se refere ao Tribunal de Contas do Estado, disponibilizando no mesmo dia da publicação no site da empresa e no e-mail da CONTRATANTE;
- f) Enviar mensalmente através de e-mail e disponibilizar no site da empresa, as previsões de repasse do ICMS, FPM e FUNDEB;
- g) Elaborar o calendário mensal de todos os compromissos obrigatórios da CONTRATANTE, disponibilizando no site e, na data anterior ao compromisso, alertar no site da empresa o compromisso a ser cumprido, bem como, enviar e-mail à contratante;
- h) Na consultoria da execução orçamentária, a empresa deverá visitar mensalmente a contratante e, por processo de amostragem, avaliar os procedimentos, processos, sistemas de trabalho, registros e documentos com o objetivo de aferir o cumprimento da constituição federal, lei de responsabilidade fiscal, normas e instruções, formalização adequada na elaboração de contratos e realização de licitações, contabilização, legalidade das despesas realizadas, conciliações bancárias, registros de estoques nos almoxarifados e patrimônio, aplicação na saúde, no desenvolvimento do ensino, FUNDEB, adiantamentos concedidos e, despesas com pessoal, emitindo, eventualmente, se necessário, relatórios das anomalias detectadas ou então, se reunir com o responsável pela administração e/ou setores respectivos, para alertar das falhas constatadas e orientar quanto à legalidade e/ou correções;
- i) Atender as consultas pertinentes à elaboração do PPA, LDO, LOA e eventuais alterações das mesmas;
- j) Emitir, se necessário, notas técnicas para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas, bem como, esclarecer as dúvidas dos servidores.

2.2 - A empresa contratada deverá atender as chamadas extras (visitas, reuniões, palestras, audiências), assim entendidas as visitas independentes da que consta na letra h, do item 1.1 deste edital, as quais serão remuneradas por Km rodado, tomando-se por base a sede da empresa, além das despesas com alimentação e hospedagem dos técnicos, bem como a remuneração das horas técnicas atendidas e itineres, assim definidos:

2.3 - O km rodado será remunerado a base de 1/3 do preço do litro da gasolina do dia da chamada.

2.3.1 - A hora técnica será remunerada a base de 1% do valor mensal do contrato.

2.3.2 - As despesas de hospedagem e alimentação serão empenhadas pela Prefeitura e ressarcidas à empresa, mediante apresentação de comprovante fiscal.

2.4 - Quando ocorrer a visita extra, as despesas de Km rodado e horas técnicas deverão constar discriminadas na fatura, bem como, estarem acompanhadas do relatório da visita devidamente assinado pela administração.

2.5. A licitante vencedora obriga-se a dar início aos serviços logo após a assinatura do instrumento de contrato.

2.6. A licitante vencedora será a única responsável pelos atos praticados pelo seu pessoal e prepostos, excluída a municipalidade de quaisquer reclamações e indenizações.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Além das empresas convidadas pela Administração, poderão participar do presente Convite empresas interessadas, cadastradas na correspondente especialidade, na Prefeitura Municipal de Pederneiras, que manifestarem interesse na participação com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas antes do dia previsto para entrega das Propostas.

4 - DA FORMA DE PREENCHIMENTO EXTERNO DOS ENVELOPES

4.1. Nome do órgão Licitante

4.2. Número do Convite

4.3. Dia e horário de encerramento do Convite

4.4. Indicação da razão social e endereço completo do Proponente.

5 - ENVELOPE “PROPOSTA”

5.1. O envelope “PROPOSTA” deverá conter internamente o envelope “A” e o envelope “B”, sendo que:

5.1.1. O envelope “A” deverá conter:

5.1.1.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Tributos e Contribuições Federais Administrados pela Secretaria da Receita Federal e à Dívida Ativa da União;

5.1.1.2. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa a tributos mobiliários;

5.1.1.3. Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND);

5.1.1.4. Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

5.1.1.5. Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

5.1.1.6 - Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, nos termos do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Anexo II deste Edital e;

5.1.1.7. Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou em cópias devidamente autenticadas.

5.1.2. O envelope “B” deverá conter:

5.1.2.1. A proposta propriamente dita digitada ou datilografada, redigida em idioma nacional de forma clara e detalhada, isenta de emendas ou rasuras, devendo ser assinada ao seu final e rubricadas as demais folhas, devendo constar:

a) indicação da empresa: razão social, endereço completo, CNPJ e Inscrição Estadual;

b) número do Convite;

c) Descrição dos serviços.

d) O preço ofertado, expresso em moeda corrente nacional, mensal e global para o período de 12 (doze) meses, já incluídos além do lucro, todos os encargos de natureza tributária, social e trabalhista e demais despesas relacionadas com a execução dos serviços, inclusive seguros, transportes, alimentação e hospedagem, sem a inclusão de expectativa inflacionária ou encargos financeiros, devendo constar:

d.1) validade da cotação: 30 (trinta) dias a contar da data da abertura do envelope “PROPOSTA”,

d.2) data, assinatura e identificação do representante legal.

Observações:

a) O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável, durante o período de 12 (doze) meses, podendo ser reajustado a partir deste período, anualmente, pelo índice IPC da Fipe, em caso de prorrogação contratual.

b) Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 30 (trinta) dias, independentemente de qualquer outra manifestação.

6 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO

6.1. O presente Convite será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 43 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.1.1 - No local, hora e dia designados no preâmbulo deste Convite, na presença dos licitantes ou de seus representantes que comparecerem e demais pessoas que desejarem assistir ao ato, a Comissão Municipal de Licitações iniciará os trabalhos, examinando os envelopes "PROPOSTA", os quais serão rubricados pelos seus membros e licitantes ou seus representantes credenciados, procedendo, a seguir, à sua abertura.

6.1.2 - Uma vez abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste convite.

6.1.3 - As propostas serão examinadas e rubricadas pelos proponentes ou seus representantes presentes, e será procedida a leitura dos preços e condições oferecidas.

6.1.3.1 - Caso o preço global seja diferente do produto dos preços unitários multiplicados pelos quantitativos, prevalecerão os preços unitários, modificando-se o preço global.

6.1.4 - Desta fase será lavrada ata circunstanciada a respeito, que deverá ser assinada por todos os presentes, devendo toda e qualquer declaração constar obrigatoriamente da mesma.

6.1.5 - Na impossibilidade de se realizar o julgamento durante a sessão de abertura, a mesma será suspensa e realizada em reunião posterior.

6.2 - Critério para fins de julgamento da Proposta

6.2.1. Desclassificação

6.2.1.1. Serão desclassificadas as Propostas que:

- a) não obedecerem as condições estabelecidas no Convite;
- b) apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis ou excessivos;
b.1.) Será considerado preço excessivo aquele que estiver acima do praticado no mercado;
- c) não atendimento aos subitens 5.1.1.1, 5.1.1.2, 5.1.1.3, 5.1.1.4, 5.1.1.5, 5.1.1.6 e 5.1.1.7.

6.2.1.2. Se todas as Propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para reapresentação de outra, escoimada da causa que ensejou a desclassificação.

6.2.2. Classificação

6.2.2.1. As Propostas consideradas aceitáveis serão analisadas pela Comissão Municipal de Licitações, que fará a classificação, levando-se em conta exclusivamente o menor preço global.

a) A classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos;

b) No caso de empate, como critério de desempate será realizado sorteio na presença dos Licitantes empatados, em dia e horário a ser fixado ou na própria sessão.

6.3. Da adjudicação e homologação

6.3.1. A Comissão Municipal de Licitações fará a adjudicação à primeira classificada.

6.3.2. Adjudicado o objeto, a Comissão Municipal de Licitações, após decorrido o prazo de interposição de recurso contra o julgamento e/ou julgado o interposto, encaminhará os autos à autoridade que ordenou a abertura do procedimento licitatório para fins de deliberação quanto à homologação da adjudicação.

7 - PRAZO E CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

7.1. O Proponente vencedor deverá assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos a partir do comunicado expedido pela Prefeitura Municipal de Pederneiras.

7.1.1. Fica designado como local de retirada do instrumento de contrato, o Departamento de Compras, sito à Rua Siqueira Campos, n.º S- 64.

7.2. Nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Federal n.º 8.666/93, poderá a Administração, quando o convocado não aceitar ou não retirar o instrumento de contrato, no prazo e condições estabelecidos, convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação do art. 81 da Legislação citada.

7.3. O contrato será celebrado com duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

7.4. O prazo mencionado no subitem anterior poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, inciso II, da lei nº 8.666/93.

8 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado através de ordem de pagamento no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pelos técnicos da Prefeitura, juntamente com o relatório de execução dos serviços apresentado pela empresa.

8.2. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

9 - DAS SANÇÕES

9.1. Pela recusa injustificada de retirar o instrumento de contrato dentro do prazo estabelecido, multa de 20% (vinte por cento).

9.1.1. A penalidade prevista no subitem 9.1. não se aplica às empresas remanescentes, em virtude da não aceitação da primeira convocada.

9.2. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no ajuste, sem a devida justificativa aceita pela Administração, e sem prejuízo das demais sanções aplicáveis, a contratada fica sujeita, a critério da Administração à multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

10 – DOS RECURSOS

10.1. Somente serão aceitos recursos previstos na Lei Federal n.º 8.666/93, os quais deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, no horário das 9:00 às 11:00hs e das 13:00 às 17:00hs.

11 - DEFINIÇÕES

11.1. Para fins deste Convite, considera-se:

11.1.1. interesse na Participação

11.1.1.1. retirada do Convite 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para apresentação das Propostas, mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Comissão Municipal de Cadastro de Fornecedores deste Município; e/ou

11.1.1.2. apresentar os envelopes “PROPOSTA” com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, da data designada para apresentação das Propostas, devendo vir acompanhado ou conter internamente a cópia do Certificado de Registro Cadastral emitido pela Comissão Municipal de Cadastro de Fornecedores deste Município.

11.1.2. Representante

11.1.2.1. Proprietário, sócio-gerente ou Diretor, devidamente comprovado pelo estatuto da empresa, e/ou;

11.1.2.2. pessoa credenciada pela empresa, passada em papel timbrado e/ou por instrumento público.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. É parte integrante do presente Convite:

12.1.1. Anexo I – Minuta de Contrato e;

12.1.2. Anexo II - Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho.

12.2. Além das disposições expressas neste Convite, as Propostas sujeitam-se à Legislação vigente.

12.3. Os recursos orçamentários disponíveis para o presente convite são os previstos na ficha nº 0029 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 02.01.01 – Gabinete.

12.4. Os casos omissos serão regulados pela Lei nº 8.666/93, sendo apreciados e decididos pela Comissão Municipal de Licitações, submetendo-os, se necessário, à autoridade superior.

12.5. No interesse da Administração, a presente licitação, poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, nos termos do artigo 49 da lei nº 8.666/93.

12.6. Depois da hora e data fixados para o recebimento das propostas, nenhuma outra será aceita.

12.7. Pequenos erros ou o desatendimento a meras formalidades que não tragam prejuízo algum para o processo não ensejarão inabilitação ou desclassificação de qualquer licitante.

13 - DO HORÁRIO E LOCAL DE OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

13.1. O convite será afixado para consulta e conhecimento de todos no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Pederneiras e poderá ser obtido por interessados cadastrados no Município de Pederneiras na correspondente especialidade, sem ônus, junto ao Departamento de Compras, sito à Rua Siqueira Campos, nº S-64 - Centro, até 24 (vinte e quatro) horas antes da entrega das propostas.

13.2 Todos os demais esclarecimentos complementares sobre os serviços serão fornecidos pela Comissão Municipal de Licitações, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, até o último dia previsto para entrega das Propostas.

Pederneiras, 17 de maio de 2010.

LUIS CARLOS RINALDI
Diretor de Compras e
Controle Patrimonial

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

Processo nº 38/2010.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS E

.....

Pelo presente instrumento particular a Prefeitura Municipal de Pederneiras, com sede à Rua Siqueira Campos, n.º S-64, CNPJ n.º 46.189.718/0001-79, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por **IVANA MARIA BERTOLINI CAMARINHA**, Prefeita Municipal, brasileira, casada, portadora do RG n.º e do CPF n.º, domiciliada nesta cidade de Pederneiras/SP e, CNPJ n.º e Insc. Est. n.º, com sede à Rua, n.º, –, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por, portador do RG n.º e CPF n.º, residente e domiciliado em, na cidade, tendo em vista a homologação do resultado do Convite n.º 04/2010, têm entre si justa e acordada celebração do presente contrato mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1 - OBJETO

1.1 – O presente contrato tem como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria nas áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, buscando atender aos princípios básicos da Administração Pública, com o objetivo de corrigir falhas e adequar a gestão pública a execução de suas atribuições de forma eficaz e legal, devendo desenvolver as seguintes atividades:

- a) Atender às consultas das áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, via telefone, fax, e-mail, ou outros meios eletrônicos;
- b) Atender a emissão de pareceres técnicos por escrito, das áreas Administrativa, Financeira, Contábil e Patrimonial, no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- c) Orientar os servidores das áreas abaixo, no sentido de desenvolver habilidades técnicas para o trabalho.

- Licitações e contratos;
- Controle interno;
- Plano Plurianual;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Elaboração de orçamento fiscal;
- Bens patrimoniais
- Compras e almoxarifado;
- Execução orçamentária;
- Procedimentos de rotinas trabalhistas;

- Procedimentos de tesouraria;
- Procedimentos contábeis

d) Manter a CONTRATANTE atualizada no tocante às edições de novas normas legais (Emendas Constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, decretos, portarias, resoluções, instruções e demais normas) dos mais diversos órgãos, enviando imediatamente e-mail à CONTRATANTE e disponibilizando no site da empresa as publicações de interesse da mesma;

e) Realizar processo de busca no Diário Oficial do Estado, quanto às publicações atinentes à CONTRATANTE no que se refere ao Tribunal de Contas do Estado, disponibilizando no mesmo dia da publicação no site da empresa e no e-mail da CONTRATANTE;

f) Enviar mensalmente através de e-mail e disponibilizar no site da empresa, as previsões de repasse do ICMS, FPM e FUNDEB;

g) Elaborar o calendário mensal de todos os compromissos obrigatórios da CONTRATANTE, disponibilizando no site e, na data anterior ao compromisso, alertar no site da empresa o compromisso a ser cumprido, bem como, enviar e-mail à contratante;

h) Na consultoria da execução orçamentária, a empresa deverá visitar mensalmente a contratante e, por processo de amostragem, avaliar os procedimentos, processos, sistemas de trabalho, registros e documentos com o objetivo de aferir o cumprimento da constituição federal, lei de responsabilidade fiscal, normas e instruções, formalização adequada na elaboração de contratos e realização de licitações, contabilização, legalidade das despesas realizadas, conciliações bancárias, registros de estoques nos almoxarifados e patrimônio, aplicação na saúde, no desenvolvimento do ensino, FUNDEB, adiantamentos concedidos e, despesas com pessoal, emitindo, eventualmente, se necessário, relatórios das anomalias detectadas ou então, se reunir com o responsável pela administração e/ou setores respectivos, para alertar das falhas constatadas e orientar quanto à legalidade e/ou correções;

i) Atender as consultas pertinentes à elaboração do PPA, LDO, LOA e eventuais alterações das mesmas;

j) Emitir, se necessário, notas técnicas para corrigir as eventuais falhas detectadas nas visitas, bem como, esclarecer as dúvidas dos servidores.

1.2 - A empresa contratada deverá atender as chamadas extras (visitas, reuniões, palestras, audiências), assim entendidas as visitas independentes da que consta na letra h, do item 1.1 deste edital, as quais serão remuneradas por Km rodado, tomando-se por base a sede da empresa, além das despesas com alimentação e hospedagem dos técnicos, bem como a remuneração das horas técnicas atendidas e itineres, assim definidos:

1.3 - O km rodado será remunerado a base de 1/3 do preço do litro da gasolina do dia da chamada.

1.3.1 - A hora técnica será remunerada a base de 1% do valor mensal do contrato.

1.3.2 - As despesas de hospedagem e alimentação serão empenhadas pela Prefeitura e ressarcidas à empresa, mediante apresentação de comprovante fiscal.

1.4 - Quando ocorrer a visita extra, as despesas de Km rodado e horas técnicas deverão constar discriminadas na fatura, bem como, estarem acompanhadas do relatório da visita devidamente assinado pela administração.

2- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.1. Ser a única responsável pelos atos praticados pelo seu pessoal e prepostos, excluída a CONTRATANTE de quaisquer reclamações e indenizações.

2.2. Manter-se regular com as obrigações para como o INSS e o FGTS.

2.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

3 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 - O prazo de vigência do presente Contrato será de 12 (doze) meses, contando-se a partir da data de sua assinatura.

3.2 - O prazo de que trata esta cláusula poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do artigo 57, inciso II, da lei n.º 8.666/93.

4 - DOS VALORES

4.1 - A **CONTRATANTE** compromete-se a pagar à **CONTRATADA**, a importância mensal, fixa e irrevogável de R\$(.....), o que perfará um total geral de R\$.....(.....) para o período de 12 (doze) meses.

4.2 – No preço pactuado entre as partes, estão inclusos além do lucro, todos os demais encargos de natureza tributária, social e trabalhista, e demais despesas relacionadas com a execução dos serviços, inclusive seguros, transportes, alimentação e hospedagem, sem a inclusão de expectativa inflacionária ou encargos financeiros.

4.3- O pagamento será efetuado através de ordem de pagamento no 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente devidamente atestada pelos técnicos da CONTRATANTE, juntamente com o relatório de execução dos serviços apresentado pela CONTRATADA.

4.4 - Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

4.5 – Em caso de prorrogação contratual, o valor previsto na cláusula 4.1 será reajustado com base no índice IPC da FIPE apurado no período.

5 - DAS MULTAS E PENALIDADES

5.1 - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas, sujeitará a **CONTRATADA** às sanções previstas no artigo 87, incisos I, II, III e IV, da Lei 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

5.2 - No caso do inciso II, do artigo 87, da Lei 8.666/93, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a defesa prévia:

5.2.1 – Pela inexecução parcial do ajuste, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;

5.2.2 – Pela inexecução total do ajuste, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida;

5.3 – Aplicadas as multas, a Administração descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA, após a sua imposição.

6 - DA RESCISÃO ADMINISTRATIVA

6.1 - A **CONTRATANTE** poderá rescindir o presente contrato por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no artigo 78, da Lei 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

7 - DOS DIREITOS DA CONTRATANTE

7.1 - São prerrogativas da **CONTRATANTE** as previstas no artigo 58 da Lei 8.666/93.

8 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 - Os recursos orçamentários para o presente contrato são os seguintes:

8.1.1.- Ficha 0029 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, do 02.01.01 – Gabinete.

9 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

9.1 – Os serviços somente serão recebidos, se forem atestados pelos técnicos da **CONTRATANTE** que acompanharão a sua execução.

10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - O presente contrato está vinculado ao Convite n.º 04/2010, à proposta da **CONTRATADA** e à Lei 8.666/93.

11 - FORO

11.1 - A parte que transgredir o presente contrato, deixando de cumpri-lo, responderá perante a outra, por perdas e danos que forem apurados em liquidação. Se houver Procedimento Judicial, a parte faltosa, ainda responderá pelo pagamento de custas e honorários do advogado contratado pela parte fiel.

11.2 - Fica eleito o Fórum desta Comarca de Pederneiras, para dirimir divergências ou causas oriundas do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com o disposto nas cláusulas deste contrato, digitado em 03 (três) vias de igual teor, assinam-o, juntamente com as testemunhas abaixo que a tudo assistiram para que surta seus devidos efeitos jurídicos.

Pederneiras, de de 2010.

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

Eu....., representante legal da
empresa....., interessada em participar do CONVITE Nº 04/2010,
da Prefeitura Municipal de Pederneiras, declaro sob as penas da lei, que, a
empresaencontra-se em situação regular perante o
Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso
XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Local e data.

Assinatura do representante legal

Nº do RG